

Mesmo sem exigência da lei, audiência daria legitimidade

Cidades

Autor: LUIZA PELLICANICAMPINAS | - 21/03/2015-00h18 - Atualizado em 21/03/2015-21h15



A falta de audiências públicas para discussão da implementação de OSs (Organizações Sociais) na gestão pública de Campinas é questionada pela oposição na Câmara. Especialistas apontam que a legislação federal exige audiências apenas em questões envolvendo mudanças em assuntos como Plano Diretor e Orçamento. Eles argumentam, porém, que as discussões dariam legitimidade à iniciativa.

Sob protestos, o projeto foi aprovado por 26 votos a quatro na terça-feira. Com a aprovação da lei, essas organizações podem ser contratadas para gerir áreas como saúde, educação e cultura.

Apesar de não haver uma exigência legal, para o pesquisador e membro do Observatório Cidadão de Piracicaba para a Transparência Pública, Renato Morgado, por ser um projeto de impacto à população, seria importante a manifestação por meio de audiências.

"A questão envolve saúde e educação onde o povo está diretamente envolvido. Seria importante tomarem conhecimento das decisões do Executivo. É uma obrigação da administração pública dialogar, apesar de não existir lei que obrigue essa atitude."

LEIA MAIS

Contratação não garante economia à cidade

A doutora em ciências jurídicas e sociais Evanna Soares aponta que as audiências propiciam a troca de informações com o administrador, bem como o exercício da cidadania e o respeito ao princípio do devido processo legal em sentido substantivo. "Na administração pública a audiência pública funciona como veículo para a legítima participação dos particulares nos temas de interesse público", afirmou Evanna.

Durante a sessão que aprovou a sessão extraordinária para votação do projeto com duas discussões seguidas, os vereadores de oposição tentaram pedir audiências públicas, mas ouviram a negativa do presidente da Casa, Rafael Zimbaldi (PP). A justificativa utilizada pela base governista foi o artigo 85 do Regimento Interno do Legislativo.

O regimento aponta nove tipos de projetos para os quais são necessárias audiências públicas, entre eles, o Plano Diretor e Plurianual.

A oposição tenta agora desenvolver uma ação para recorrer da aprovação da Câmara na Justiça.



Fotos: Arquivo | TODODIA Imagem - Pacientes aguardando atendimento em unidade de saúde de Campinas